

### ***Recensão Crítica***

**CARR, E.H. (2001). *The Twenty Years Crisis, 1919-1939. An Introduction to the Study of International Relations*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: 305 pp. ISBN: 85-230-0635-4**

**por Matheus Gonzaga Teles**

[gonzagamatheusax@gmail.com](mailto:gonzagamatheusax@gmail.com)

Negociador Internacional (Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil) e Especialista em Gestão Estratégica Empresarial (União Metropolitana de Educação e Cultura). Analista Universitário e Secretário Executivo na Assessoria de Relações Internacionais da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

*“A CIÊNCIA da política internacional está em sua infância” (pp: III).*

Século XIX, cenário que antecede o contexto das duas Grandes Guerras mundiais, responsáveis por originar as Relações Internacionais como uma ciência. O objeto principal desta nova ciência foi de prevenir as doenças do corpo político internacional, assim como evitar as provocações ou os esforços que conduzam à uma nova guerra. O desejo passional de prevenir a guerra determinou as direções e as primeiras observações do estudo da disciplina.

Não foi muito fácil para a sociedade internacional do início do século XX entender o motivo do assassinato do Duque Francisco Ferdinando na Primeira Guerra e o porquê disto ter motivado a guerra de trincheiras. Além disso, a Alemanha foi considerada “culpada” e outras nações exigiram planos de compensação econômica demasiado caros à nação germânica como um resultado para frear sua expansão política. Rapidamente, as principais potências dessa época descobriram que essas práticas anteriores não seriam suficientes para trazer a paz de volta, assim como a estabilidade à sociedade internacional. Nesse contexto crítico, no qual houve uma perturbação da ordem política e econômica, Carr escreve esta obra única. Da mesma maneira que os principais realistas da Escola Inglesa de Relações Internacionais, ele demonstra que as duas guerras foram as responsáveis pela ruína da velha ordem mundial, a qual era colonialista e demandava uma exacerbada expansão territorial.



A criação das Relações Internacionais como uma matéria é mais recente do que se imagina. Os estadunidenses e os britânicos a criaram no começo do século XX como uma resposta às demandas da sociedade em relação à maneira que a política internacional era conduzida. No que concerne a isso, o autor escreve o seguinte: “o desejo de curar as doenças do corpo político estimulou e inspirou a Ciência Política” (Carr, 2001: 5). Uma das razões para criar essa ciência foi o desejo dos Estados Unidos em observar o cenário político internacional e logo após compreendê-lo, exercer sua hegemonia como uma superpotência. Portanto, esta ciência por si mesma, reunia todos os requisitos necessários para inspirar e instruir essa nova superpotência fortalecida pelas derrotas de seus aliados das duas Grandes Guerras Mundiais e isso tornou possível mudar o cenário de dominação da velha ordem política mundial influenciada pelo velho continente.

Por ser uma nova ciência, as Relações Internacionais careciam de sérias reflexões. Muitas delas não ocorriam a tempo e isso acarretou sérias consequências à ordem internacional nos vinte anos de crise (período de graves tensões políticas entre as duas guerras, o qual também influenciou de modo veemente a escrita e a produção dessa obra). Essas reflexões foram somente algum tipo de aspirações utópicas, as quais têm toda ciência nos primeiros passos de sua criação, centenas delas tidas como simples aspirações puras e para Carr consideradas como ingênuas. Os acontecimentos em 1931 revelaram as incorreções da aspiração pura como base da ciência política internacional e isso possibilitou, desde os primórdios, a difundir um pensamento crítico sério e analítico sobre os problemas internacionais.

Para Carr, os ideais utópicos do período dos vinte anos de crise têm sua base nos ideais iluministas e primavam essencialmente pela não utilização da força; tal utopia levou à falência de concertos como a Liga das Nações e do *status quo* europeu.

A linha ideológica de pensamento que se descortina na obra, especialmente a de caráter utópico, apresenta como as ideias se esforçam e se unem a planos políticos para transformar a ordem mundial ao longo do tempo. Tal visão obscurece o papel desenvolvido pelos fatores e restrições materiais, pois uma vez que essas ideias utópicas se unem a eles, adquirem uma função alienadora das próprias ideias. Em contraponto a esta linha de pensamento, surge o realismo ou corrente realista. O realismo enfatiza os poderes e os processos militares e econômicos. Do ponto de vista prático, o poder é uno e indissociável, mas, para melhor compreensão, o autor o divide em três partes: militar, econômico e sobre a opinião. Quanto à racionalidade, assim como às revoluções de tecnologia militar e de território, econômica e assim por diante, o realismo praticamente ignora quão importante é a resistência à ordem consolidada – do ponto de vista tecnológico ou utópico – e como ela pode ser importante para contribuir à transformação ou substituição da ordem.

A capitulação dos comentários realistas e práticos é um fato que chama bastante atenção para a obra. Com uma sabedoria inigualável, o autor faz referência às obras de Maquiavel (Carr vê neste o primeiro importante cientista realista político, o qual lança as pedras fundamentais da filosofia realista) e Hobbes, situa os fatos políticos nos seus devidos contextos de atuação e, muitas vezes, critica o uso excessivo de medidas realistas, o que para Carr torna a ação política extrema ou inviável (Carr, 2001). Como uma de suas principais contribuições, tem-se que o equilíbrio da ordem política depende essencialmente do equilíbrio entre o idealismo e o realismo. A utopia, muitas vezes, não aparecia completamente desvirginada ou em seu conceito teórico mais puro.



Assim, ela configurava-se em muitas políticas internacionais como um bem universal e também assumia outras acepções, tais como: “todos os homens são criados iguais”, “a paz é indivisível?” (Carr, 2001:18), a liberalização do comércio, ideias de pronto desmascaradas pelos realistas que as classificavam em simples interesses de particulares ou no caso da liberalização do comércio, como a afirmação e a soberania plena da Grã-Bretanha através de seu pujante comércio.

Os realistas descreveram e identificaram estes supostos interesses universais através da suposta doutrina da harmonia de interesses. A escola do *laissez-faire* de Adam Smith foi a principal responsável pela popularização da doutrina da harmonia de interesses, em outras palavras, foi a propulsora dos disfarçados ideais liberais da Sociedade Vitoriana. Quanto ao desmascaramento de doutrinas, este também tem outra função, a de evidenciar que em política o poder é sempre um elemento essencial.

Importante ressaltar que mesmo Carr sendo um realista convicto, ele estava plenamente seguro, como todo e qualquer cientista político consciente dos seus estudos científicos, que o realismo apresenta falhas. Uma delas relaciona-se diretamente à impossibilidade de o realista em ser consistente e completo, esta mesma impossibilidade configura-se como uma das mais corretas e curiosas lições da ciência política. O realismo consistente exclui quatro coisas, as quais são fatores essenciais de todo pensamento político eficaz: um objeto finito, um apelo emocional, um direito de julgamento moral e um campo de ação. Segundo Carr, o realismo puro não atrairia eleitores ou seguidores fiéis, suas perspectivas materiais são intensamente duras para aqueles que buscam uma promessa espiritual, algo quase mecânico, e é evidente que a humanidade como um todo “rejeita este teste racional como uma base universalmente válida de todo julgamento político” (Carr, 2001:120). Antes de qualquer coisa, o realismo consistente falha porque deixa de oferecer campo para a ação destinada a objetivos e significados. O que de mais válido o autor esclarece na sua crítica ao realismo, é que não há uma situação plenamente estática. Pois, conforme explica, há sempre algo que o homem pode pensar e fazer, ao mesmo tempo em que esclarece que tanto este pensamento quanto esta ação, não são robotizados e muitos menos desprovidos de sentido. Dessa forma, ele retoma o ponto no qual deve haver sempre um equilíbrio constante entre utopia e realidade, pois o realismo puro não oferta nada mais do que a luta crua do poder pelo poder, o que inviabiliza qualquer manifestação ou tipo de sociedade internacional. Para concluir esta crítica, ele rememora que toda situação política deve unir, de forma mútua, elementos incompatíveis de utopia e realidade, de moral e poder.

É interessante ressaltar que Carr via os bastidores da guerra não somente pela exclusividade do poder militar (um fato essencialmente realista), mas através de muitos outros vieses. Por exemplo, durante sua época, haviam muitas disputas por tratados (territoriais ou não), expansão econômica ou de influência monetária. Desse modo, as intervenções e discussões em muitos países eram mais do que a simples exposição de poder, configuravam-se de alguma forma, como antes uma exigência ou necessidade de compensação moral. Como caso de compensação moral, tem-se a Alemanha no contexto do Entre-Guerras. Muitos conflitos tinham uma natureza puramente ideológica. Neste caso, tem-se as disputas acirradas entre os regimes nazifascistas e os de cunho democrático, este último, ao tempo das guerras, encontrara poucos adeptos. A fim de estimular outros participantes, esses regimes criaram um amplo conjunto estrutural de propaganda cujo expoente mais influente fôra o de Hitler.



Uma notável inflexão do autor foi quanto a pretensão de uma grande potência a querer estar sempre à frente da liderança mundial. Assim, sempre que uma grande potência esteve à frente da liderança mundial, ela procurava estabelecer uma paz mundial. Foi o que ocorreu com a *Pax Romana*, *Pax Britannica* e ocorre atualmente com a *Pax Americana*. O autor já percebera desde o início do século XX as aspirações dos EUA em se tornar uma potência hegemônica global, assim como as suas táticas políticas de completo isolacionismo/unilateralismo em relação à agenda mundial. Entretanto, somada à esta inflexão, ele traz à tona que, mesmo em proveito próprio, os EUA afirmaram que o bombardeio de Vera Cruz, em 1914 no México, era um pleno serviço à humanidade. Outra coisa percebida pelo autor foi que a aspiração mundial pela *Pax* era uma característica peculiar às nações imperialistas. Dessa forma, não era estranho ao Japão pensar em *Pax Niponica* ou os alemães pensarem em *Pax Germanica*. Como se pode empreender, o autor era um estrategista sábio no campo das relações internacionais e notava os detalhes mais sutis pela disputa de poder.

Como importantes fatores de contribuição à ciência política, encontram-se as inferências de Carr pelo viés histórico dos fatos e da análise histórica e econômica de Marx (esta possui um caráter eminentemente determinista, porém não muito rígida), a qual contempla a continuidade dos fatos, tal como tendências fluindo de uma necessidade férrea em meio a uma meta inevitável. De acordo com a hipótese "científica" dos realistas, a realidade é identificada com o curso total da evolução histórica, cuja investigação e revelação sobre as leis é trabalho do filósofo. Não se pode conceber realidade alguma dissociada do processo histórico. Para realçar este argumento, o autor o expõe da seguinte maneira:

*"conceber a história como evolução e progresso, implica aceitá-la em todos os seus aspectos, e, portanto, negar a validade de julgamentos sobre ela"* (Carr, 2001: 89).

Para Carr, o que foi, está certo. A história não pode ser julgada, exceto pelos próprios padrões históricos (Carr, 2001).

O livro é composto de quatro partes e quatorze capítulos, acrescidos da introdução e conclusão. Na primeira parte, composta dos capítulos um e dois, tem-se as bases conceituais da ciência. Na segunda parte, composta dos capítulos três ao seis, são apresentadas as evidências empíricas embasando as afirmações do autor, não somente no contexto das duas guerras, mas nos cenários de fundo e nas reais motivações que levam à "universalidade" dos fatos. Na terceira parte, constituída de três capítulos, são analisadas as motivações políticas com base na natureza da política, assim como o poder e a moral e sua grande influência no contexto da ordem internacional a ditar os rumos das nações, ambos conceitos são baseados na teoria realista. Na quarta parte, composta pelos capítulos de dez a treze, o autor expõe que a mudança no cenário político percorre diversos fundamentos jurídicos e traz à luz discussões e visões que aperfeiçoam e solidificam o convívio nas relações internacionais. Por fim, no capítulo de conclusão, o autor traz importantes perspectivas e previsões à ordem internacional, dentre as quais, um questionamento que permanece atual entre os internacionalistas a respeito da sobrevivência do Estado-nação como unidade de poder e aponta que o aspecto da futura ordem internacional está intimamente ligado ao futuro da unidade



grupai. Quanto à unidade grupai, a previsão dele se confirmou em cheio, pois a nova ordem internacional encontra-se disposta em blocos econômicos, os quais são literalmente grupos de países e desenvolvem complexas relações de poder. O livro é muito interessante e oferece um *insight* diferenciado do já mostrado pelos tradicionais realistas, a exemplo das teorias clássicas de Maquiavel. Constitui-se num excelente exercício de síntese, mostrando aos leitores que conexões podem ser articuladas entre a linha utópica e a realista e que tais esforços não se originam por simples tensão teórica. Constitui-se numa boa leitura, imprescindível para acadêmicos e profissionais de Relações Internacionais, História, Sociologia e áreas afins.

“Vinte Anos de Crise” induz a refletir e a antecipar ações e práticas na política, não somente relacionadas à história da sua época; enfim, leva a humanidade a posicionar-se sobre a velha ordem mundial, e conscientizar-se sobre a real situação ocasionada pelos jogos de poder e dominação. Suas preciosas lições são importantes recomendações de como evitar os estrangimentos e aflições a que se submeteu a humanidade no conturbado contexto de guerra. Ademais, os temas discutidos por Carr permanecem muito atuais, suas críticas sobre o uso do poder e as suas relações e observações às obras consagradas do Príncipe e o Leviatã, fazem dele um gênio e um autor apreciadíssimo no seio da comunidade política internacional. .

#### Como citar esta Recensão

Teles, Matheus Gonzaga (2015). Recensão Crítica de Carr, E. H. (2001). *The twenty crisis, 1919-1939. An introduction to the study of International relations*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: 305 pp. ISBN: 85-230-0635-4, JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 6, N.º 2, Novembro 2015-Abril 2016. Consultado [online] em data da última consulta, [observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol6\\_n2\\_rec1](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol6_n2_rec1)